

# Sobre salários nominais: as críticas keynesiana e monetarista à abordagem de Keynes sobre o mercado de trabalho \*

EDWARD J. AMADEO \*\*

## 1 — Introdução

“A teoria clássica está acostumada a apoiar o caráter supostamente auto-ajustável do sistema econômico sobre uma pretensa fluidez dos salários nominais; e, quando há rigidez, a atribuir a essa rigidez a responsabilidade pelos desajustes” [Keynes (1973a, p. 257)]. É surpreendente que, em nossos dias, a interpretação corrente da *Teoria Geral* atribua à rigidez dos salários nominais a causa do desemprego. Keynes, de acordo com a passagem acima, associou essa mesma visão com o que ele se refere como a “teoria clássica”. No presente trabalho, nosso objetivo será o de discutir a posição de Keynes quanto ao papel dos salários nominais na determinação do nível de emprego. Mostraremos que a interpretação baseada na rigidez dos salários não corresponde à abordagem da *Teoria Geral* sobre o problema do desemprego e que, além do mais, ela foi responsável pela *débâcle* keynesiana frente ao ataque monetarista nos anos 70.

Em outro livro, Keynes (1971a, p. 132) escreve: “Em equilíbrio, os fatores de produção estão plenamente empregados”. Numa rara referência ao desemprego, Keynes (1971a, pp. 184-5) descreve o efeito de um aumento das taxas de juros e argumenta que uma das conseqüências desse aumento seria a “diminuição no nível de emprego que os (empregadores) oferecem aos fatores de produção às *taxas de retorno existentes*” (grifos nossos), acrescentando que o processo continuará até o ponto em que, “finalmente, sob pressão de um crescente desemprego, a taxa de retorno cairá — embora, provavelmente, isso só ocorra depois de um longo período de tempo”. Essas passagens sugerem que o desemprego é fruto de salários rígidos e, ao mesmo tempo, que taxas decrescentes de salário nominal, embora só “depois de um longo período de tempo”, podem levar a um nível de emprego mais elevado. Na *Teoria Geral*, Keynes (1973a, p. 6) caracteriza

\* Agradeço a Lance Taylor, Murray Milgate, Francisco Lopes, Susan Vitka e Amitava Dutt por seus comentários. Eles, evidentemente, não são responsáveis por interpretações equivocadas. Lucas Assunção ajudou-me na tradução do texto para o português.

\*\* Professor-assistente da PUC/RJ.

o desemprego "voluntário" como sendo consequência "da recusa ou incapacidade de um trabalhador (*unit of labor*) . . . de aceitar uma remuneração correspondente ao valor do produto atribuído a sua produtividade marginal".<sup>1</sup> Não resta dúvida de que em 1936 Keynes teria caracterizado o tipo de desemprego descrito no *Treatise* como voluntário.

Na *Teoria Geral*, Keynes sustentou a possibilidade de "equilíbrio com desemprego" (p. 249) e de "desemprego involuntário" (pp. 15-7). O primeiro refere-se à possibilidade de uma situação de equilíbrio, caracterizada por desemprego, para uma dada taxa de salário nominal. O segundo, de acordo com nossa interpretação, refere-se ao fato de que a disposição dos trabalhadores no sentido de aceitarem um salário real mais baixo — a qual eles só podem expressar concordando com uma taxa de salário nominal mais baixa —, ou simplesmente de aceitarem variações nos salários nominais para equilibrar o mercado de trabalho, não implica necessariamente um movimento rumo ao pleno emprego.

Nos anos 70, o debate sobre questões macroeconômicas concentrou-se sobre as causas de desvios do pleno emprego, ou seja, da "taxa natural de desemprego", detendo-se no comportamento do mercado de trabalho e da estabilidade da curva de Phillips. Duas linhas de pensamento principais podem ser identificadas: num campo, estavam os "keynesianos", que atribuíam a causa do desemprego aos salários nominais rígidos, e cujos representantes mais proeminentes são Solow (1979 e 1980), Tobin (1972 e 1980) e Fischer (1977); e, no outro campo, seguindo a abordagem de Friedman (1968), estavam os "monetaristas", para quem a informação imperfeita e os erros expectacionais, que levam à ilusão monetária (especialmente no que tange aos trabalhadores), eram as principais fontes de desvios da taxa natural de desemprego; aqui, os principais expoentes são Barro (1976), Sargent e Wallace (1985) e Lucas Jr. (1981). Ao final da década, havia consenso entre os macroeconomistas ortodoxos (fossem eles keynesianos ou monetaristas) de que, se os salários fossem flexíveis, a informação fosse perfeita e os agentes tivessem expectativas racionais, o sistema estaria continuamente em equilíbrio com pleno emprego.

No que se segue, desenvolvemos dois argumentos: no primeiro, procuraremos demonstrar que a (in) eficácia de variações nos salários nominais para equilibrar o mercado de trabalho (*market clearing*) diferencia a *Teoria Geral* tanto do enfoque keynesiano quanto da abordagem monetarista; e, no segundo, sustentaremos que esses dois enfoques (keynesiano e monetarista), embora tenham enriquecido o catálogo de causas do desemprego voluntário, deixaram de tratar da essência da *Teoria Geral*, a saber, a

<sup>1</sup> A "recusa ou incapacidade" deve-se à "obstinação humana", ou à legislação e práticas sociais, ou a uma combinação para barganha coletiva" [Keynes (1973a, p. 6)]. Ambas as causas para a rigidez — que surgem da decisão particular do trabalhador ou se devem a decisões pelas quais ele não é diretamente responsável — caracterizam o desemprego "voluntário". Associar causas institucionais à "involuntariedade" do ponto de vista do trabalhador individual parece-nos constituir uma interpretação equivocada dos conceitos da *Teoria Geral*.

noção de desemprego involuntário. Com o intuito de desenvolver esses argumentos, o trabalho está organizado da seguinte maneira: a Seção 2, a seguir, traz uma interpretação da abordagem de Keynes sobre o mercado de trabalho na *Teoria Geral*, enquanto as Seções 3 e 4 discutem as abordagens keynesiana e monetarista, respectivamente.

## 2 — A abordagem da *Teoria Geral* sobre o mercado de trabalho

Na *Teoria Geral*, a demanda por trabalho deriva-se diretamente da aceitação do primeiro postulado clássico por Keynes (1973a, p. 5): “o salário (real) é igual ao produto marginal do trabalho”.<sup>2</sup> Supondo que as firmas estão continuamente em equilíbrio, a maximização de lucros *cum* competição perfeita implica a seguinte curva de demanda por trabalho:

$$N^d: \frac{w}{p} = e(N) \quad (1)$$

A hipótese de retornos marginais decrescentes caracteriza  $N^d$  como uma função decrescente do salário real, ou seja,  $e'(N) < 0$ .

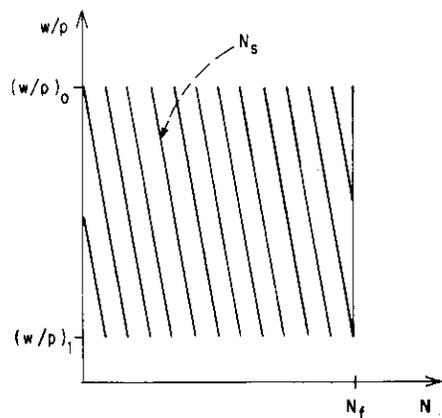
Keynes rejeita o segundo postulado clássico, a saber, o de que “a utilidade do salário, quando um dado volume de trabalho é empregado, é igual à desutilidade marginal do montante de emprego” [Keynes (1973a, p. 5)]. O fato não é que Keynes rejeita a existência de uma função de oferta de trabalho, mas sim que os trabalhadores não conseguem fazer com que qualquer função desse tipo seja satisfeita. A chave para o entendimento dessa ideia é a independência entre a determinação do salário nominal e a existência de uma função de oferta de trabalho que reflita as preferências dos trabalhadores. De acordo com Keynes, o segundo postulado está sujeito a duas objeções principais: a primeira refere-se ao fato de que durante o processo de barganha salarial os trabalhadores não podem determinar o salário real, mas apenas o salário nominal, o que ocorre na

<sup>2</sup> O fato de Keynes aceitar o “primeiro postulado clássico”, o qual incorpora os princípios de retornos decrescentes e de maximização de lucros, tem importantes consequências para a relação entre as teorias do emprego e distribuição de Keynes. A suposição de competição perfeita acompanhada desses princípios torna a distribuição endógena e tecnologicamente determinada, afastando assim qualquer discussão dos determinantes do salário real e do estudo de efeitos distributivos sobre o princípio de demanda efetiva. Keynes (1939, p. 398) admite que o princípio de retornos decrescentes era um “dogma inquestionavelmente aceito por (sua) geração”, e que estava de acordo com as “generalizações mais fundamentais de que a indústria está sujeita a custos marginais crescentes”.

medida em que o preço dos bens-salário depende do nível de demanda agregada, sobre o qual a vontade dos trabalhadores tem pouca influência [Keynes (1973a, pp. 11-3)]; e, de acordo com a segunda objeção, ainda que os trabalhadores levem em conta o nível esperado de preço no processo de barganha pelo salário, não é razoável supor que eles irão “abandonar seu trabalho toda vez que haja uma elevação no preço dos bens-salário” [Keynes (1973a, p. 9)]. Aqui introduzimos a idéia de independência: os trabalhadores fixam o salário nominal com a intenção de manter (ou elevar) o salário real e de satisfazer suas preferências, mas uma vez determinado o salário a função de oferta determina apenas o montante *máximo* de unidades de trabalho a serem oferecidas.

O conceito de Keynes da oferta de trabalho assume, implicitamente, que os trabalhadores preferirão trabalhar a não trabalhar, e que eles irão se ater a um contrato (especificado em termos de uma taxa de salário nominal e uma dada “jornada de trabalho”) para uma gama de salários reais. Ou, em outras palavras, os trabalhadores empregados manterão seus contratos mesmo se houver um pequeno aumento no nível de preços dos bens-salário.<sup>3</sup> Essas suposições podem ser representadas por uma curva de oferta

Gráfico 1

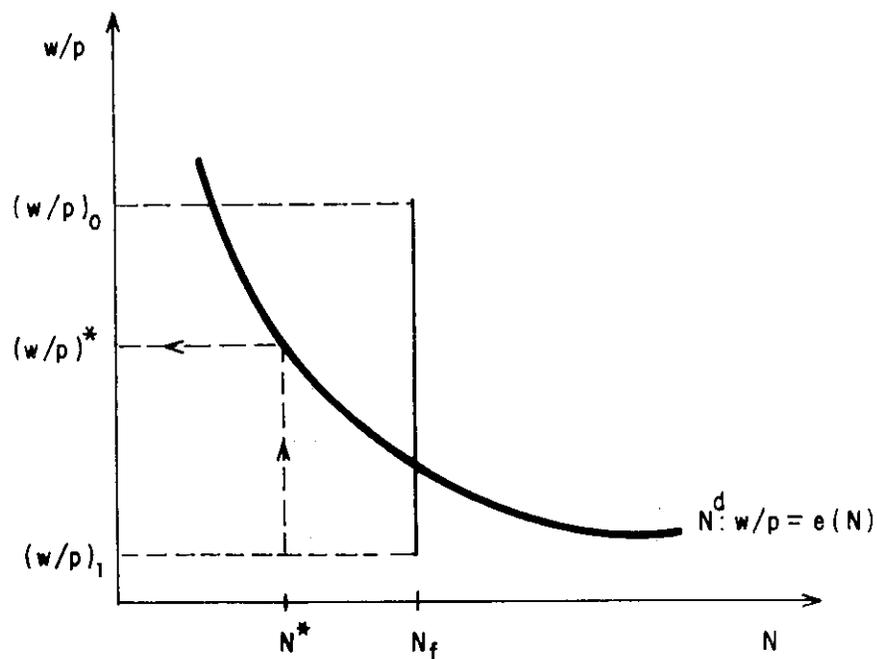


de trabalho, discreta, como a considerada no Gráfico 1, onde  $N_f$  indica pleno emprego. Para salários abaixo de  $(w/p)_1$ , os trabalhadores poderão recusar-se a trabalhar — eles, por exemplo, entrariam em greve. Para salários maiores que  $(w/p)_0$ , eles poderão trabalhar em regime de hora extra. Porém, estas são situações anormais, de maneira que assumiremos que a área sombreada no gráfico representa o conjunto de oferta de trabalho. Se, agora, sobreposmos a curva de demanda, existe um conjunto de pontos de equilíbrio potenciais correspondente ao segmento da curva  $N^d$  para  $N < N_f$ , o que é mostrado no Gráfico 2.

O nível de emprego de equilíbrio é, portanto, indeterminado: uma equação adicional é necessária para fechar o sistema. Esta é fornecida pelo princípio da demanda efetiva, o qual determina o nível de emprego como

<sup>3</sup> O argumento de Keynes também pode ser exposto da seguinte maneira: “Qualquer sindicato irá oferecer alguma resistência a um corte nos salários nominais, por menor que este seja. Mas, já que nenhum sindicato sonharia em deflagrar uma greve toda vez que há um aumento no custo de vida, eles não levantam o obstáculo a qualquer aumento no emprego agregado que é atribuído a eles pela escola clássica” [Keynes (1973a, p. 15)].

Gráfico 2



uma função das despesas de investimento ( $I$ ) e do multiplicador ( $m$ ) para cada nível do salário nominal:

$$N^*(w) = f(I(w); m(\underline{w})) \quad (2)$$

onde  $N^*$  é o nível de emprego de equilíbrio associado com  $w = \underline{w}$ . A configuração do equilíbrio é dada por  $\langle N^*, (w/p)^* \rangle$ .

### 3 — A rigidez do salário nominal

Até agora, estivemos discutindo a determinação do equilíbrio com desemprego. Voltemos agora nossa atenção para a noção de desemprego involuntário. Poder-se-ia argumentar que o nível de emprego de equilíbrio ( $N^*$ ), tal como determinado acima, é peculiar, uma vez que a existência de trabalhadores desempregados ativaria forças equilibradoras, iniciando

assim um movimento rumo ao pleno emprego. Especificamente: se os salários nominais caem toda vez que há desemprego, existiria uma tendência sistemática ao pleno emprego. O argumento pode ser resumido afirmando-se que um ajuste dos salários nominais para equilibrar o mercado de trabalho — como o que apresentamos na equação (3) — garante tal tendência sistemática:

$$\frac{\Delta w}{w} = f \left[ \frac{(N_f - N)}{N} \right], \quad f' < 0 \quad (3)$$

A *Teoria Geral* é hoje freqüentemente vista como uma teoria do emprego que pressupõe ou rigidez do salário nominal ou “ilusão monetária” por parte dos trabalhadores. Esses dois enfoques dependem essencialmente da tendência sistemática ao pleno emprego, que, supostamente, decorre do mecanismo descrito pela equação (3). Na verdade, é precisamente porque essa suposição não está presente na *Teoria Geral* que ambas as interpretações estão incorretas.

Estudaremos inicialmente a interpretação centrada na rigidez salarial, de acordo com a qual, se os salários fossem flexíveis, as noções de equilíbrio com desemprego e desemprego involuntário não fariam sentido. Keynes devota o Capítulo 19 da *Teoria Geral* à discussão de “variações nos salários nominais”, o que torna singular — para dizer o mínimo — qualquer interpretação baseada na rigidez salarial. Ele inicia o capítulo estudando o efeito convencional, segundo o qual se os salários caem, dado o nível de preços, a maximização de lucros garantiria um nível de emprego mais elevado. O argumento de Keynes é que uma queda nos salários tenderá a deslocar a curva de oferta agregada de tal maneira que os preços também cairão. Portanto, a não ser que o nível de preços seja fixado exogenamente, o efeito é ambíguo [Keynes (1973a, pp. 258-60)].

Keynes, então, avança na direção dos efeitos sobre a demanda efetiva. A questão aqui é como as variações nos salários nominais afetam os determinantes da demanda efetiva — a propensão a consumir, a taxa de juros e a eficiência marginal do capital (EMC). Se uma redução nos salários representa uma distribuição da renda em favor dos não-assalariados, assumindo que eles têm uma menor propensão a consumir que os assalariados, o efeito total seria uma redução na propensão média. O efeito sobre a EMC é ambíguo: se os capitalistas esperam que os salários continuarão a cair, o custo de produção dos bens de capital será menor no futuro, implicando uma redução na EMC. Se, ao contrário, não se espera que os salários continuarão a cair, o efeito é um aumento na EMC. A taxa de juros tenderá a cair dada uma queda nos salários (e preços) devido ao aumento na oferta real de moeda, desde que a oferta nominal seja mantida constante.

Keynes estuda ainda outros efeitos, em especial aqueles associados a uma economia aberta. Entretanto, a mensagem é sempre a mesma: não há uma relação sistemática entre variações nos salários nominais e demanda efetiva, isto é, a função  $N = f(I(w); m(w))$  que estabelece a relação entre o nível de emprego e a taxa de salário nominal não tem uma inclinação definida.

Esta depende, entre outras coisas, da elasticidade da taxa de juros com respeito a variações na oferta de moeda, das expectativas correntes quanto a variações futuras nos salários e da intensidade do efeito distributivo sobre a propensão a consumir.

O efeito através da taxa de juros — segundo Keynes (1973a, p. 266) — é aquele sobre o qual “os que acreditam na aptidão do sistema econômico para se auto-ajustar devem apoiar o peso de seu argumento”.<sup>4</sup> Porém, os efeitos convencionais, atualmente empregados para o argumento do auto-ajuste, não foram mencionados na *Teoria Geral* (referimo-nos ao “efeito de riqueza real” e suas variações).<sup>5</sup> Tanto o efeito via taxa de juros quanto os efeitos de riqueza real fornecem um bom argumento para a abordagem centrada na rigidez salarial, pois ambos consubstanciam a idéia de que, se os salários caíssem, o nível de emprego aumentaria. A ambigüidade introduzida pelos efeitos sobre a demanda efetiva nunca é mencionada; e, por sinal, esses efeitos não aparecem no catálogo de efeitos relevantes na macroeconomia ortodoxa moderna.

Em suma, salários nominais rígidos não são um fator na explicação do desemprego dentro da estrutura da *Teoria Geral*. Aqueles que enfatizam a rigidez têm duas alternativas: ou supõem que os efeitos sobre a demanda efetiva não são ambíguos, ou então se referem a desemprego voluntário, ao invés de desemprego involuntário. Keynesianos eminentes, tais como Solow e Tobin, consideram a rigidez a principal causa do desemprego. Da perspectiva da *Teoria Geral*, é lamentável que eles recorram a esse argumento “imperfeccionista” como uma arma contra o ataque sobre a teoria do emprego de Keynes articulado pelos monetaristas no período pós-curva de Phillips. No restante desse trabalho, desenvolveremos o argumento de que tal estratégia não é uma representação legítima das premissas e resultados de Keynes na *Teoria Geral*. Ademais, ela é uma estratégia defensiva, confinada a um domínio de discussão estabelecido pelo adversário, isto é, o debate sobre o desemprego voluntário ao invés de desemprego involuntário.

#### 4 — A ilusão monetária

A segunda linha de ataque à abordagem da *Teoria Geral* é encontrada na literatura pós-curva de Phillips. Friedman (1968) deu início a uma crítica indireta apoiada na noção de ilusão monetária por parte dos trabalhadores.

<sup>4</sup> Como objeções ao efeito da taxa de juros, apontou-se a possibilidade de a oferta de moeda ser endógena [Keynes (1973a, p. 266)], de a taxa de juros ser rígida a um nível “seguro” [Keynes (1973a, p. 172)] e de a despesa de investimento ser insensível a variações da taxa de juros, especialmente durante as recessões [Keynes (1973b, p. 364)].

<sup>5</sup> Cf. Patinkin (1956) para o “efeito financeiro real” e Leijonhufvud (1968, Cap. V) para uma excelente resenha dos efeitos e objeções a esses efeitos.

A partir daí, esse caminho foi perseguido na literatura sobre expectativas racionais. A crítica é mal colocada, pois tanto os keynesianos que contribuíram para esse debate, como, por exemplo, Fischer (1977), quanto os monetaristas, como o próprio Friedman,<sup>6</sup> estão, na verdade, discutindo as causas do desemprego voluntário numa estrutura teórica bastante restrita, deixando completamente de lado a noção de desemprego involuntário de Keynes. Nosso objetivo é argumentar que esse enfoque requer — tanto quanto o argumento da rigidez — que variações nos salários nominais para reequilibrar o mercado de trabalho tenham um efeito não ambíguo sobre o nível de emprego. Por esse efeito não decorrer da estrutura da *Teoria Geral*, acreditamos que a crítica tenha que ser qualificada.

A literatura pós-curva de Phillips não reconhece o princípio da demanda efetiva. Em particular, não é dada atenção à função que relaciona variações nos salários nominais ao nível de emprego através dos determinantes da demanda efetiva. Além da convencional função de demanda por trabalho, três outras relações constituem o modelo-padrão: *a*) a oferta de trabalho como uma função do salário real esperado; *b*) as variações nos salários nominais que reequilibram o mercado de trabalho — equação (3) acima; e *c*) uma versão da teoria quantitativa da moeda, na qual há uma relação sistemática entre a oferta de moeda e o nível de preços, com direção de causalidade da primeira para o segundo.

Vale a pena notar que a única diferença essencial entre esse modelo-padrão e a *Teoria Geral* é a substituição do princípio da demanda efetiva pela teoria quantitativa da moeda. As duas outras relações são perfeitamente consistentes com a *Teoria Geral*. Essa substituição tem dramáticas conseqüências para a análise: ela implica que o nível de preços é fixado exogenamente pelas autoridades monetárias e que a quantidade de moeda passa a ser a mais importante variável exógena do sistema.

Examinemos como funciona o modelo de Friedman (1968). Sua especificação da curva de oferta de trabalho (relação *a* acima) pode ser formalmente representada da seguinte maneira:

$$N = N_f - b \left[ \frac{w}{E_w(p)} - \frac{w}{p} \right] \quad (4)$$

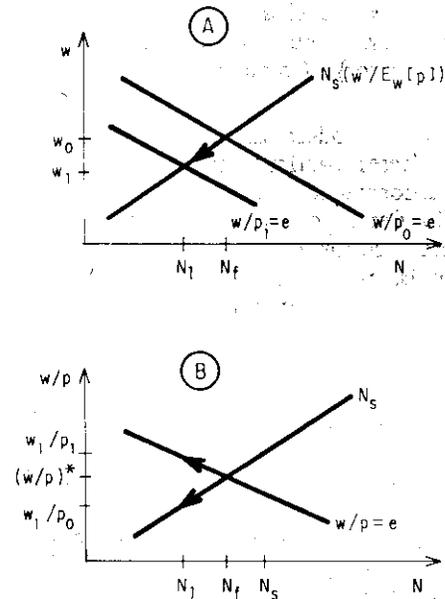
onde  $E_w(p)$  é o nível de preços esperado pelos trabalhadores,  $p$  o nível de preços efetivo e  $b$  a inclinação da curva de oferta.

A equação (4) nos diz que, se os trabalhadores têm expectativas racionais,  $E_w(p) = p$ , a oferta de trabalho e o nível de emprego correspondem ao pleno emprego. No entanto, se os trabalhadores cometem erros expectativas — que são a origem da ilusão monetária nesse modelo particular —, o nível de emprego efetivo será diferente do pleno emprego.

<sup>6</sup> Cf. Fischer (1977) para uma consideração da contribuição de Friedman e da literatura pós-curva de Phillips.

Suponhamos que haja uma redução na oferta de moeda que, através da teoria quantitativa da moeda, leva a uma redução no nível de preços. Friedman supõe que os trabalhadores não percebem a redução nos preços e superestimam o nível de preços do próximo período —  $E_w(p_1) = p_0 > p_1$ , onde 0 e 1 referem-se a dois períodos consecutivos. As firmas, por outro lado, percebem imediatamente a variação nos preços. Consideremos o Gráfico 3. Note-se que na parte A (do alto) os salários nominais figuram no eixo vertical, enquanto na parte B (de baixo) estão os salários reais.

Gráfico 3



Quando os preços caem de  $p_0$  para  $p_1$ , a curva de demanda por trabalho no gráfico do alto desloca-se para dentro; a curva de oferta não se altera; o salário nominal cai de  $w_0$  para  $w_1$ ; e o nível de emprego cai de  $N_f$  para  $N_1$ . No gráfico de baixo, as firmas estão em equilíbrio, e os trabalhadores, equivocadamente, acreditam que estão em equilíbrio. Mas, obviamente, eles não estão: com o salário real efetivo  $(w_1/p_1)$ , a oferta de trabalho nacional é  $N_s$ . O processo de ajuste inicia-se quando os trabalhadores reconhecem o salário real efetivo e percebem que, com esse salário, existem  $(N_s - N_1)$  unidades de trabalho desempregadas. As variações no salário nominal para equilibrar o mercado de trabalho entram em cena: a curva de oferta no gráfico de cima começaria a deslocar-se para fora (o que não é mostrado no gráfico). O salário nominal começa a cair e o nível de emprego converge para  $N_f$ .

O artigo seminal de Friedman tem sido categorizado como uma análise de desequilíbrio de curto prazo devido a erros expectationais. Caso supuséssemos expectativas racionais por parte dos trabalhadores e firmas, o sistema nunca se afastaria do pleno emprego. Mais recentemente, têm surgido outros modelos destinados a explicar desvios da taxa natural de desemprego. Por exemplo, mesmo supondo expectativas racionais, se ocorrerem choques inesperados, devido a informações imperfeitas, haverá flutuações do nível de emprego [cf. Barro (1976)]. Uma outra explicação foi proposta por Fischer (1977), que assume que os trabalhadores têm expectativas racionais mas se engajam em contratos salariais denominados em termos nominais (aparentemente dando ao modelo um sabor keynesiano) e que só podem ser alterados em intervalos discretos. Caso as autoridades monetárias mudem a regra monetária durante o período do con-

trato, os trabalhadores encontrar-se-ão fora de sua curva de oferta notional. No modelo de Fischer, a curva de oferta seria dada por:

$$N = N_f + b \left[ \frac{w}{p_0} - \frac{w}{p_a} \right] \quad (5)$$

onde  $w$  é o salário nominal fixado pelo contrato,  $p_0$  o nível de preços, sobre o qual os trabalhadores se basearam para firmar o contrato, e  $p_a$  o nível de preços efetivo, determinado pela oferta de moeda.

No caso de  $p_0 > p_a$ , o sistema se afastará do pleno emprego e, em seguida, se ajustará através da queda dos salários nominais, tal como no modelo de Friedman. Note-se que nos dois modelos o desemprego surge a partir da rigidez do salário nominal, devido ou a erros expectacionais ou a arranjos institucionais (isto é, contratos). Como no *Treatise*, o desemprego é voluntário.

O que diferencia esses dois modelos do modelo da *Teoria Geral* é a natureza do desemprego, e não as hipóteses particulares sobre as expectativas, a existência de contratos, ou a informação imperfeita, que, embora consistentes com a *Teoria Geral*, não desempenham no livro nenhum papel significativo. Na verdade, podemos supor que na *Teoria Geral* os trabalhadores têm expectativas racionais, por exemplo, e que fixam o salário nominal, de forma a assegurar o pleno emprego. Supor expectativas racionais significa assumir que eles conhecem a função  $f(I(w); m(w))$  — que relaciona os salários nominais ao nível de emprego — ou, em termos da literatura de expectativas racionais, que eles conhecem o “verdadeiro” modelo da economia, isto é, com expectativas racionais,  $E_w \{f(I(w); m(w))\} = f(I(w); m(w))$ , e os trabalhadores podem fixar  $w^*$  de forma que  $N^* = E_w \{f(I(w^*); m(w^*))\} = N_f$  (onde o asterisco indica níveis de equilíbrio).

Consideremos um modelo no qual o verdadeiro conjunto de relações funcionais a representar a economia não seja a teoria quantitativa da moeda, mas o princípio da demanda efetiva. Além disso, suponhamos que a economia está numa posição de equilíbrio de pleno emprego. Ocorre um choque inesperado: uma mudança nas expectativas de longo prazo dos capitalistas leva a uma queda no nível de emprego. Em comparação com o modelo de Friedman, essa suposição é análoga à sua queda na oferta de moeda. É só no passo seguinte que fica estabelecida a diferença entre os dois modelos. De acordo com os modelos pós-curva de Phillips, o nível de preços é determinado exogenamente pelas autoridades monetárias. Se há desemprego, uma queda nos salários nominais reduz automaticamente os salários reais, o que, por sua vez, supondo-se a maximização de lucros, implica um nível de emprego mais elevado. No modelo da *Teoria Geral*, salários nominais em queda não gerarão necessariamente um nível de emprego mais elevado. Suponhamos que, na situação histórica particular que estamos considerando, uma redução nos salários nominais reduz o nível de emprego. Como poderia uma variação nos salários

nominais contribuir para equilibrar o mercado? Tal variação não ajudaria: ao invés de levar a um nível de emprego mais elevado, os salários nominais em queda levariam o sistema a se afastar mais do pleno emprego. O fato de que variações nos salários nominais têm um efeito ambíguo sobre o emprego é, claramente, a mensagem do Capítulo 19 da *Teoria Geral*.

Parece-nos, portanto, que as diferenças entre a *Teoria Geral* e os modelos na tradição de Friedman não dependem tanto das causas dos afastamentos do pleno emprego, mas sim do mecanismo de ajuste, uma vez que o sistema se afasta do pleno emprego. A possibilidade de salários nominais em queda não é inconsistente com a *Teoria Geral*, mas sim a noção de que eles, caindo, restaurarão necessariamente o pleno emprego. A literatura pós-curva de Phillips enriquece a discussão das causas do desemprego voluntário, mas, por outro lado, omite a essência da *Teoria Geral* — a noção de desemprego involuntário.

## Bibliografia

- BARRO, R. J. Rational expectations and the role of monetary policy. *Journal of Monetary Economics*, Amsterdã, 2 (1) :1-32, jan. 1976.
- CHICK, V. *Macroeconomics after Keynes*. Cambridge, MIT Press, 1983.
- DAVIDSON, P. The marginal product curve is not the demand for labor and Lucas's supply function is not the supply function in the real world. *Journal of Post Keynesian Economics*, White Plains, N. Y., 6 (1):105-17, 1983.
- FISCHER, S. Long-term contracts, rational expectations and money supply rule. *Journal of Political Economy*, Chicago 85 (1) :191-206, fev. 1977.
- FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. *American Economic Review*, Nashville, 58 (1) :1-17, mar. 1968.
- KEYNES, J. M. Relative movements of real wages and output. *Economic Journal*, Londres, 49:34-51, mar. 1939.
- . *A treatise on money*; part 1: the pure theory of money. Londres, Macmillan, 1971a. (The collected writings of John Maynard Keynes, 5.)
- . *A treatise on money*; part 2: the applied theory of money. Londres, Macmillan, 1971b. (The collected writings of John Maynard Keynes, 6.)
- . *The general theory of employment, interest and money*. Londres, Macmillan, 1973a. (The collected writings of John Maynard Keynes, 7.)

- . *The general theory and after; part 1: preparation*/edited by Donald Moggridge. Londres, Macmillan, 1973b. (The collected writings of John Maynard Keynes, 13.)
- . *The general theory and after; part 2: defence and development*/edited by Donald Moggridge. Londres, Macmillan, 1973c. (The collected writings of John Maynard Keynes, 14.)
- . *The general theory and after; a supplement*/edited by Donald Moggridge. Londres, Macmillan, 1979. (The collected writings of John Maynard Keynes, 29.)
- LEIJONHUFVUD, A. *On Keynesian economics and the economics of Keynes*. New York, Oxford University Press, 1968.
- LUCAS JR., R. E. Understanding business cycles. In: LUCAS JR., R. E. *Studies in business cycle theory*. Cambridge, MIT Press, 1981.
- MARGLIN, S. *Growth, distribution and prices*. Cambridge, Harvard University Press, 1984.
- PATINKIN, D. *Money, interest and prices*. New York, Harper & Row, 1956.
- SARGENT, T., e WALLACE, N. *Rational expectations and the theory of economic policy*. Minneapolis, Federal Reserve Bank of Minneapolis, 1985.
- SOLOW, R. Alternative approaches to macroeconomic theory: a partial view. *Canadian Journal of Economics*, Toronto, 12 (3):339-54, ago. 1979.
- . On theories of unemployment. *American Economic Review*, Nashville, 70 (1):1-11, mar. 1980.
- TOBIN, J. Inflation and unemployment. *American Economic Review*, Nashville, 62 (1):1-18, mar. 1972.
- . *Asset accumulation and economic activity*. Chicago, University of Chicago Press, 1980.

(Originais recebidos em abril de 1986.)